

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

LAUDO DE VISTORIA nº 39/2012

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em atendimento ao requerimento da Promotoria de Justiça da Comarca de Caeté, no dia 08 de agosto de 2012 foi realizada vistoria no Centro Histórico de Caeté pela analista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais. Na oportunidade, também foi realizada vistoria na Igreja Matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso de Caeté.

Este relatório de vistoria tem como objetivo verificar o estado de conservação bem como sugerir medidas necessárias para a sua preservação.



2 – METODOLOGIA

Para a elaboração deste relatório foram utilizados os seguintes procedimentos técnicos: Inspeção na Igreja Matriz com registro fotográfico, consulta à documentação constante do Procedimento de Apoio à Atividade Fim nº 0024.11.004728-9 desta Promotoria e consulta à prefeitura Municipal de Caeté e ao Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A vistoria foi acompanhada pela Dra Andréa Bahury, Promotora da Comarca de Caeté; senhores Expedito e José Carlos Dias, representantes do Conselho Administrativo e Comissão de bens da Paróquia; senhor Márcio Vieira Silva, representante da Arquidiocese.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

3 – HISTÓRICO

3.1 – Breve Histórico de Caeté

Caeté, em tupi-guarani, significa "Mata Densa" ou "Mata Virgem". A história deste município teve início no ciclo do ouro, quando os bandeirantes peregrinavam pelas Minas Gerais do século XVII, em busca de ouro, prata e pedras preciosas. Em Caeté, a primeira das "entradas" é atribuída a Lourenço Castanho Taques, por volta de 1662.

Em 1701, o sargento-mor Leonardo Nardez Sisão descobria as primeiras minas de ouro em regiões densas de mata virgem, originando o nome da cidade.

No contexto histórico, um dos fatos mais marcantes do município é a Guerra dos Emboabas. Por volta de 1708, Caeté se tornou o berço do conflito, que teria lançado as bases para formação histórica de Minas Gerais. As origens do movimento, de caráter basicamente econômico, partiram de um incidente entre bandeirantes e moradores locais pelo direito de exploração das recém-descobertas jazidas de ouro. O conflito contrapôs, de um lado, o grupo formado pelos bandeirantes paulistas, que haviam descoberto a região das minas e que por esta razão reclamavam a exclusividade de explorá-las; e de outro lado um grupo heterogêneo composto de portugueses e imigrantes das demais partes do Brasil, sobretudo da Bahia, liderados por Manuel Nunes Viana – pejorativamente apelidados de “emboabas” pelos paulistas –, todos atraídos à região pela corrida do ouro.

No ano de 1709, a Coroa Portuguesa determinou a separação territorial da capitania de Minas Gerais, que até então era ligada a de São Paulo.

Em 26 de Janeiro de 1714, o governador Dom Braz Balthazar da Silveira decretou a elevação do povoado a categoria de vila, com a denominação de Vila Nova da Rainha, tornando-se o quinto município do estado.



Figura 2 – Foto antiga – a primeiro plano Matriz de N. Sra. do Bom Sucesso e ao fundo a cidade de Caeté. Fonte: http://www.caete.mg.gov.br/gal_img_vis.asp?cd=28, acesso em agosto/2012.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Carta-régia do rei de Portugal a D. Lourenço de Almeida, em 16 de fevereiro de 1724, criou as primeiras paróquias de Minas Gerais, em número de 20, sendo que a Quarta foi a de Vila Nova da Rainha de Caeté. A decadência do ouro repercutiu fortemente em Caeté, que teve a categoria de vila suprimida em 1833 mas, em 23 de março de 1840, a lei mineira número 171, restaurou a Vila de Caeté que, no mesmo ano, desmembrou-se de Sabará. Em 25 de novembro de 1865, foi elevada à categoria de cidade com o nome de Caeté.

Características urbanas e arquitetônicas da ocupação setecentista ainda estão presentes em Caeté. Além de belos exemplares típicos da arquitetura colonial, pode-se conhecer, a pequena distância da cidade, a serra da Piedade (1.783m de altitude), com seu santuário de Nossa Senhora da Piedade, tradicional ponto de romaria. Ao lado do Santuário está o Observatório Astronômico da UFMG. Da serra, tem-se vista de várias cidades da região.

Caeté fica a 53 Km de Belo Horizonte e faz parte do Caminho de Sabarabuçu, integrante da Estrada Real. A cidade possui os seguintes distritos: Antônio dos Santos; Morro Vermelho; Penedia e Roças Novas.

3.2 – Breve Histórico do bem cultural

A Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, datada de 1757, é considerada a primeira igreja construída em alvenaria em Minas Gerais, tendo planta de autoria de Manuel Francisco Lisboa, pai do Aleijadinho.

O templo religioso marca o início da 3ª fase do barroco, que predomina nas esculturas, imagens e peças de ouro e prata. Sua construção está relacionada a um incidente ocorrido na então Vila Nova da Rainha (atual Caeté). A primitiva capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso era administrada pelo primeiro vigário colado na Freguesia, o Padre Dr. Henrique Pereira. Segundo a lenda, a acusação caluniosa de uma nobre senhora que residia na mesma freguesia, de que o vigário quis violentá-la, ocasionou a prisão do mesmo. Sendo levado a julgamento no tribunal da Inquisição, o sacerdote invocou a Virgem, prometendo construir uma igreja que lhe seria consagrada, se fosse absolvido.

Nesse ínterim, a acusadora esteve à morte e arrependeu-se inocentando o Padre Henrique Pereira que regressou a Minas com todas as honras e começou a construção da nova Matriz.

4 – ANÁLISE TÉCNICA

A Igreja Matriz de Caeté com invocação de Nossa Senhora do Bom Sucesso possui proteção por meio do instrumento do tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com inscrição no Livro Belas Artes: Nº inscr.: 115 ; vol. 1 ; f. 021 ; data: 13/06/1938.

Em consulta ao documento do IPHAN Processo nº. 67-T-38¹ contendo o ato de tombamento de igrejas em Minas Gerais, dentre elas, a Igreja Matriz de Bonsucesso de Caeté, não se constatou a definição de um perímetro de tombamento e de entorno da Igreja Matriz e não há diretrizes para intervenções nas proximidades da igreja.

Na data da vistoria, realizada em 08 de agosto de 2012, verificou-se que a igreja, de forma geral, encontrava-se em bom estado de conservação.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

A principal patologia encontrada na edificação encontra-se na cobertura, que necessita de obras urgentes, uma vez que há muitas goteiras em todo o templo, permitindo a entrada de umidade na edificação e causando danos aos forros, pisos e alvenarias. Segundo informações prestadas no local, a obra de reforma do telhado foi orçada em R\$600.000,00 (seiscentos mil reais). Segundo a historiadora do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, Mônica Eustáquio Fonseca, encontra-se pronto o projeto de reforma do telhado e forro da igreja.

Verificou-se que há extintores de incêndio no local, entretanto os responsáveis não souberam responder se há Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico em atendimento à legislação em vigor.

Há sensores de presença, entretanto não há alarme e câmeras de vigilância.

Há manchas de umidade em vários trechos das alvenarias, principalmente junto à cimalha, torres e frontão. Em alguns locais há descolamento do reboco e da pintura.

Há trincas isoladas na edificação e a pintura interna e externa encontra-se desgastada.

Há plantas invasoras se desenvolvendo junto à cimalha na fachada frontal.

Foi verificado que o altar encontra-se escorado na sua parte posterior.

Há presença de insetos xilófagos nas madeiras do templo.



Figura 03 – Fachada frontal da edificação.



Figura 04 – Fachada lateral esquerda.



Figura 05 – Manchas de umidade e plantas invasoras.



Figura 06 – Descolamento pintura.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

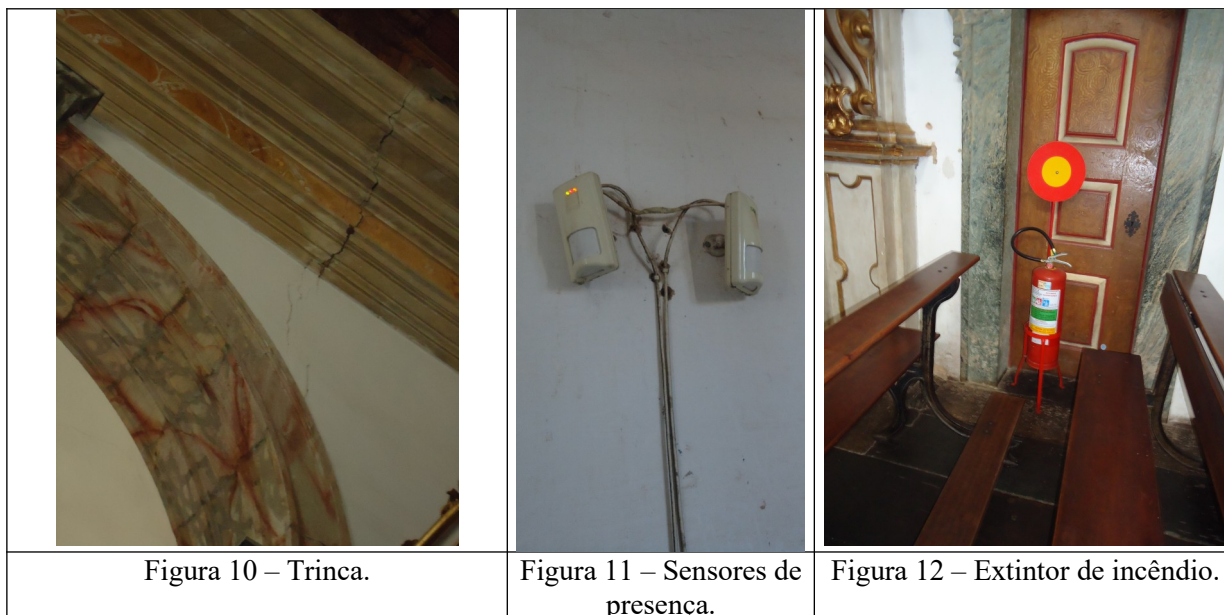


Figuras 07 e 08 – Manchas de umidade e Descolamento pintura.



Figura 09 – Altar escorado.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



5 – CONCLUSÕES

Conforme verificado acima, a edificação encontra-se em bom estado de conservação sendo necessárias pequenas intervenções:

1. Reforma completa da cobertura com substituição das madeiras e telhas que se encontrarem danificadas. Sugere-se a amarração de algumas fiadas de telhas para evitar que as mesmas “escorram”.
2. Restauração do forro.
3. Limpeza das cimalthas com remoção das plantas invasoras.
4. Solução dos problemas de umidade nas alvenarias.
5. Verificar com o Corpo de Bombeiros se há projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico em conformidade com a legislação em vigor.
6. Instalação de alarmes e câmeras de vigilância.
7. Revisão das esquadrias, principalmente em relação à segurança.
8. Monitoramento da evolução das trincas existentes. Se estabilizadas, deve-se proceder ao selamento das trincas e realizar nova pintura da edificação, interna e externamente.
9. Ao realizar intervenções nas alvenarias, utilizar argamassa e pintura compatível à arquitetura de terra existente.
10. Imunização contra insetos xilófagos.
11. Recuperação das madeiras de suporte do altar.
12. Para toda e qualquer intervenção na igreja ou em seu entorno, é necessária prévia análise e anuência do Iphan, uma vez que a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Caeté possui tombamento federal.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

6 – ENCERRAMENTO

São essas as considerações deste setor técnico, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário. Segue este laudo em 07 (sete) folhas, todas rubricadas, sendo a última assinada e datada.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2012.

Andréa Lanna Mendes Novais
Analista do Ministério Público - MAMP 3951
Arquiteta Urbanista – CAU 53880-9